

# HUM@NÆ

Questões controversas do mundo contemporâneo.

v 11, n. 1

## **EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO AGRESTE MERIDIONAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Simone Gomes da Silva<sup>1</sup>

Cecília de Fátima Castelo Branco Rangel de Almeida<sup>2</sup>

Betania Maciel<sup>3</sup>

### **Resumo**

Neste estudo é analisada a experiência do Núcleo de Agroecologia da Unidade Acadêmica de Garanhuns da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UAG/UFRPE), primeira unidade implantada pela UFRPE no interior do estado, a partir do Projeto de Expansão e Interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior do País, como importante instrumento no processo de desenvolvimento local, neste caso específico, do Agreste Meridional de Pernambuco. A principal característica desse estudo foi identificar como a perspectiva do desenvolvimento sustentável aparece nas ações daquele núcleo, por meio do desenvolvimento educacional, socioeconômico e qualificação profissional. Trata-se de um estudo de caso de caráter qualitativo e exploratório, utilizando as ferramentas metodológicas centradas na pesquisa documental do Núcleo de Agroecologia, relatórios, sistematização de Diagnósticos Participativos, entrevistas semiestruturadas, observações diretas e pesquisa bibliográfica. O confronto destas categorias com as contextualizações empíricas deste trabalho possibilitaram identificar as dificuldades encontradas pelo Núcleo Agroecológico, no que diz respeito à infraestrutura, sobretudo, às responsabilidades que cabiam ao poder público municipal e estadual.

---

1Doutoranda em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: moneg.silva@gmail.com

2Doutora em Ciências Farmacêuticas, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Brasil. E-mail: ccastelobranco@yahoo.com.br

3Doutora em Comunicação Social, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco. E-mail: [betaniamaciel@gmail.com](mailto:betaniamaciel@gmail.com)

Por outro lado, o Núcleo vem contribuindo na formação intelectual e humana dos agricultores familiares, por meio das ações de seus docentes e discentes. Sendo, portanto, um instrumento que contribui na possibilidade de novos olhares, no processo de desenvolvimento sustentável e da Agroecologia, da valorização cultural e do respeito aos saberes endógenos.

Palavras-chaves: Universidade, Agricultura familiar, Agroecologia, Desenvolvimento Sustentável.

### **Abstract**

In this study the experience of the Agroecology Unit of the Garanhuns Academic Unit of the Federal Rural University of Pernambuco (UAG / UFRPE), the first unit implemented by UFRPE in the interior of the state, was analyzed, based on the Expansion and Interiorization Project of Federal Teaching Institutions As an important instrument in the local development process, in this specific case, the Southern Agreste of Pernambuco. The main characteristic of this study was to identify how the perspective of sustainable development appears in the actions of that nucleus, through educational development; Socioeconomic and professional qualifications. This is a qualitative and exploratory case study, using the methodological tools centered on the documentary research of the Agroecology Nucleus, reports, systematization of Participative Diagnoses, semi-structured interviews, direct observations and bibliographic research. The confrontation of these categories with the empirical contextualizations of this work made it possible to identify the difficulties encountered by the Agroecological Nucleus, with respect to the infrastructure, above all, the responsibilities that were incumbent upon the municipal and state public authorities. On the other hand, the Nucleus has contributed to the intellectual and human formation of family farmers, through the actions of their teachers and students. Therefore, it is an instrument that contributes to the possibility of new perspectives, in the process of sustainable development and Agroecology, of cultural valorization and of respect for endogenous knowledge.

Key-words: University, Family agriculture, Agroecology, Sustainable development.

### **Introdução**

Este estudo é resultado de um projeto de pesquisa científica oriundo de uma dissertação do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural de Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Nesta pesquisa, o objeto de estudo reflete na análise das ações de extensão desenvolvidas pelo Núcleo de Agroecologia da Unidade Acadêmica de Garanhuns

da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UAG/UFRPE). A criação do Núcleo ocorreu em 2009, mas foi a partir do ano de 2010 que as atividades foram ampliadas com visitas e assistências técnicas frequentes às unidades produtivas dos agricultores familiares, a partir de um cadastro anteriormente registrado. A UAG da UFRPE foi criada em 2004, por meio do Processo de Interiorização da Expansão Universitária Superior, tendo sido a primeira Unidade Acadêmica a ser implantada no Brasil.

A Origem da Expansão Superior no Brasil gerou expectativas positivas, tendo em vista o desenvolvimento acadêmico nos interiores brasileiros, sendo todos os Estados do País contemplados com as novas Unidades e Universidades. Apesar de ser um processo novo, porém, empreendedor, objetivou proporcionar o desenvolvimento cultural, acadêmico, econômico e político. No entanto, é legítimo reconhecer que os agricultores familiares estão distantes de atingirem os direitos a eles, consagrados por Lei, enquanto isso é necessário esforços conjuntos na busca de uma conjuntura com igualdade social, educação pública, gratuita e de qualidade e profissionais da extensão rural disponíveis para prestarem assistência de qualidade a estes profissionais, responsáveis por garantirem a alimentação saudável para milhões de brasileiros.

A ampliação das atividades do Núcleo de Agroecologia da UFRPE foi gerada por meio das visitas aos agricultores em 2010 e só tornou-se possível graças à aprovação pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do “Pesquisa em Movimento”, projeto consistente que recebeu financiamento para bolsas, infraestrutura para oficinas e atividades no campo e disponibilidade de veículo para visitas técnicas. Sob a orientação de docentes da Universidade, o Núcleo é voltado às atividades Agroecológicas e congrega três bases: Apoio aos Agricultores Familiares, Promoção e Participação em eventos relacionados à Agroecologia e Agricultura Familiar e Camponesa e o Grupo de Estudos em Agroecologia e Agricultores Familiares e Camponeses.

Os projetos vinculados ao Núcleo são Sistemas Agroflorestais; Transição Agroecológica e Reconversão de Sistemas Produtivos. Já o acompanhamento técnico se materializou em três etapas: processo educativo; formação de políticas públicas e o processo produtivo.

Ancorada nessa compreensão e considerando as intervenções enquanto ferramentas indispensáveis para o diálogo entre Universidade e sociedade rural, este trabalho tem como principal objetivo verificar se as ações de Extensão Rural do Núcleo de Agroecologia da Unidade Acadêmica de Garanhuns da UFRPE contribuem de forma ampla no desenvolvimento sustentável na vida dos agricultores familiares do agreste meridional pernambucano. Portanto foi identificado que o avanço do trabalho daquele Núcleo possibilitou aos agricultores: novos conhecimentos e percepções referentes ao desenvolvimento sustentável no dia a dia dos agricultores, a aplicabilidade de novos hábitos para implantação de processos agroecológicos em suas plantações e reconhecido pelos próprios agricultores a importância da Universidade, enquanto instituição que cumpre algumas de suas funções, entre elas construir conhecimentos, trocar diálogos e respeitá-los, em sua verdadeira essência, promover a indissociabilidade, entre ensino, pesquisa e extensão, ampliando as suas ações e proporcionando o desenvolvimento local, por meio da extensão rural. Além de os estudantes da UFRPE, que se traduzem enquanto extensionistas poderem produzir trabalhos científicos, por meio das práticas vivenciadas com os atores sociais, que são os agricultores familiares.

### **Fundamentação Teórica**

Diante desta perspectiva, a fundamentação teórica nos revela que os aspectos teórico-metodológicos, estabelecerão uma investigação sistemática em livros, revistas e na internet, sobre os estudos contemporâneos do Desenvolvimento Local especialmente os desenvolvidos por Jara (2001), Buarque (2002) e Zapata (2001), reconhecidos autores sobre tema, e que além de teóricos, desenvolveram papéis importantes na implantação de vários programas no País.

No entanto, destaca-se que o ambiente rural é dinâmico e que as transformações no campo, decorrentes da modernização, não são homogêneas e dependem de cada contexto cultural, local e fundamentalmente da forma como cada agricultor se apropria ou é apropriado do processo de modernização e da sua forma de apropriação e produção da natureza. O Desenvolvimento Sustentável, assunto pertinente ao objeto estudado, foi abordado pelos autores Sepúlveda (2005) e José Eli da Veiga (2008). Estruturado, sobre bases sustentáveis, democráticas e

descentralizadas, apresenta como uma das suas principais diretrizes o apoio das ações múltiplas e articuladas de Assistência Técnica e Extensão Rural, que viabilizem o desenvolvimento econômico, equitativo e solidário, nas comunidades e territórios rurais, levando em conta a dimensão ambiental.

Por sua vez, apresenta como um dos seus princípios:

Assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquiculturas, povos de floresta, seringueiros e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria de Agricultura Familiar (MDA-SAF), o acesso ao serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente visando o fortalecimento da agricultura familiar (MDA, 2008, p. 6).

Eli da Veiga (2002) explica, por exemplo, que “em experiências bem-sucedidas, a preservação das amenidades engendra uma forte expansão das vendas de produtos de grife que exploram a imagem positiva de uma unidade de conservação de biodiversidade, de um monumento histórico ou simplesmente de alguma estação de água mantida com sabedoria e carinho (2002, p.81). Para ele, o grande desafio está justamente na construção dessa imagem positiva que permite a criação de uma grife: “quando um território consegue legitimá-la, torna-se rentável uma série de atividades antes impossíveis, ou que haviam sido inviabilizadas pela concorrência em mercados não-diferenciados” (ELI DA VEIGA, 2008 p.81). Com essa ascendente valorização das amenidades, Eli da Veiga diz que o principal vetor de dinamismo econômico de uma região rural tende a ser o cuidado com a preservação de seu patrimônio natural e cultural.

Caporal afirma:

A Extensão Rural Agroecológica é um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante, que permitam

o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os principais teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo (CAPORAL, 2006, p.12-13).

## **A Agroecologia**

O Desenvolvimento Sustentável em consonância com a Agroecologia começa a ganhar ares de realidade alcançável no Brasil com a aprovação da Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010, Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). É nela que Caporal (2006) vê a possibilidade de implementação de uma extensão rural agroecológica ou ecossocial. Portanto, é a partir desse novo olhar, que são permeadas ações que norteiam o Desenvolvimento Sustentável, enquanto processo educativo, oriundo de práticas acolhidas pelo homem e para o homem, pelo Núcleo da UAG da UFRPE, sediado no Agreste Meridional Pernambucano.

Nesta perspectiva, é importante introduzir a conceituação da Agroecologia, por meio da análise de Caporal e Costabeber (2000, p. 12), com base nas disposições de Sevilla Guzmán e González de Molina, uma definição mais ampla e complexa do que venha a ser Agroecologia, que corresponde a um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes da natureza e da sociedade. Em tal estratégia, dizem os autores, joga um papel central a dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, por meio da articulação do saber local com o conhecimento científico, permita a

implementação de sistemas de agricultura alternativa potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural.

Portanto, Caporal e Costabeber (2007, p. 12) com base na definição de Gliessman afirmam que o enfoque agroecológico pode ser definido como “a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis”, num horizonte temporal (de médio e longo prazo), partindo do conhecimento local que, integrado ao conhecimento científico, dará lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando assim, permanentemente, o processo de transição agroecológica.

Os últimos anos têm sido marcados por tendência da descentralização das funções públicas e uma maior participação das comunidades nos governos locais ou municipais. O esperado, segundo Sepúlveda (2005), nesses casos, é que seja possível fomentar um processo de desenvolvimento que seja capaz de responder às demandas da clientela e que tenha de igual maneira, como base operativa à participação cidadã, até na perspectiva que este intento sirva para aumentar a eficiência no uso de recursos públicos, garantindo uma distribuição mais equitativa dentre as diferenças categorias sociais e regiões do território nacional. Neste sentido, concordamos com Sepúlveda, quando afirma que o desenvolvimento sustentável microrregional é concebido como um conjunto de referência conceitual orientador de estratégias políticas e programas de desenvolvimento rural nacional, o que serve de fundamento tanto para alcançar mudanças nas causas estruturais e funcionais dos equilíbrios espaciais e socioeconômicos, como para corrigir algumas tendências indesejáveis e promover a transformação do meio rural como uma perspectiva de longo prazo. Tudo isso no contexto de estratégias nacionais de desenvolvimento e com as devidas vinculações ao comércio nacional e internacional (SEPÚLVEDA, 2005, p.33).

Entendendo o desenvolvimento sustentável como o processo capaz de satisfazer as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras, de satisfazer as suas próprias necessidades (Organização das Nações Unidas - ONU, 1987, apud SEPÚLVEDA, 2005), a extensão rural precisa privilegiar na sua práxis a vigilância, e a este preceito da sustentabilidade, não podendo perder de vista no seu processo interventivo que o desenvolvimento

sustentável e multidimensional e intertemporal, no qual a equidade, sustentabilidade e competitividade se apoiam em princípios éticos, culturais, socioeconômicos, ecológicos, institucionais, políticos e tecnológico-produtivos. Tal discussão deve encontrar o ser humano, sua cultura, seus estilos de vida e seus padrões de consumo, como elemento central e tendo a transformação multidimensional como ponto de partida para a renovação do capital social e humano das microrregiões (SEPÚLVEDA, 2005).

De acordo com LEFF:

Sem dúvida, a educação ambiental ainda está muito longe de penetrar e trazer novas visões de mundo ao sistema educativo formal. Os princípios e valores ambientais que promovem uma pedagogia do ambiente devem ser enriquecidos com uma **pedagogia da complexidade**, que induza os alunos a uma visão de multicausalidade e de interrelações de seu mundo nas diferentes etapas do desenvolvimento psicogenético, que gerem um pensamento crítico e criativo baseado em novas capacidades cognitivas. Os princípios da educação ambiental não se traduzem diretamente no currículo integrado. Desta maneira, o que nos mostra a experiência de educação ambiental na América Latina, nos últimos vinte anos, é uma multiplicidade de projetos educativos e de estratégias formativas. Esta dispersão (...) expressa os interesses teóricos e disciplinares de quem assumiu a liderança e a responsabilidade na condução destes projetos (LEFF, 1999: 119-120).

Por compreendermos que a educação ambiental precisa está presente em salas de aulas, no cotidiano familiar e fazer parte da agricultura familiar, é necessário que haja uma conscientização crítica de todos esses atores, para que conscientes de sua importância para a preservação do meio ambiente, qualidade de vida dessa e de novas gerações, possam viver com a natureza mais equilibrada. Assim, não é diferente a compreensão sobre a importância dos profissionais que formam a

agricultura familiar, conceituada por cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo, como mão de obra, essencialmente, o núcleo familiar, em contraste com a agricultura patronal - que utiliza trabalhadores contratados, fixos ou temporários, em propriedades médias ou grandes. (MDA, 2005).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), em 2015, a agricultura familiar era responsável por 80% da produção mundial de alimentos, 90% das propriedades agrícolas e responsável por cerca de 70% dos alimentos produzidos no Brasil.

No caso do Brasil, a produção familiar na agricultura mostra a sua magnitude por meio dos números que refletem o peso dessa organização produtiva, mas os dados do Censo também revelam acentuados desequilíbrios nas categorias e no agregado delas. Na população formada pelas categorias censitárias se tem, desde o minifúndio do Bioma Caatinga, no semiárido, que depende de programas compensatórios para sobreviver, até o agricultor familiar do Bioma Cerrado, que está integrado a várias cadeias do agronegócio e tem expressiva presença na exportação. Estão presentes na população, os dois extremos da escala de Lamarche (1993): o "selvagem" no caso do produtor excluído do semiárido, sem chances de prosperar e o *farmer* brasileiro, que na inadequada definição, eivada de subjetividade ideológica, é considerado como integrante do agronegócio.

O problema brasileiro não é apenas a sobrevivência da agricultura familiar que cultiva valores dessa organização produtiva, tem acesso ao conhecimento e ao crédito, mas geograficamente se encontra em biomas cujos recursos de clima e solo reduzem os riscos da atividade produtiva. O problema nacional é como oferecer alguma perspectiva de prosperidade para a maioria de pequenos produtores familiares que estão fora dessas condições coerentes, e que, segundo os estudos com base no censo do IBGE, estão fixados no semiárido e correspondem a 47% da população rural do país. A persistência deste problema é um desafio maior e ele próprio, em si, requer reflexões e pesquisas.

## **A importância da Universidade**

O impacto da espécie humana sobre o meio ambiente tem sido apresentado por alguns cientistas, enquanto problemas sérios e já existentes. Ao agredir o meio ambiente, o próprio ser humano põe em perigo a sobrevivência de sua espécie e das próximas gerações. As atitudes, costumes e comportamentos da humanidade põem em risco não só espaços próximos à sua existência, mas para todo o planeta. Não é concebível o ecossistema sem o homem, mas o cidadão também não sobreviverá sem o ecossistema. Portanto, a educação e a universidade são fatores fundamentais para a mudança de hábitos, comportamentos e novos olhares.

Para ter acesso a uma melhor qualidade de vida, devemos aperfeiçoar os nossos conhecimentos.

Maturana (1998):

diz que o verdadeiro conhecimento não leva ao controle ou à tentativa de controle, mas leva ao entendimento, à compreensão, a uma harmônica e ajustada aos outros e ao meio. Para ele, conhecer é viver, viver é conhecer. Diz ainda que todo conhecer é uma ação efetiva que permite a um ser vivo continuar sua existência no mundo que ele mesmo traz à tona ao conhecê-lo.

Diversos campos de saberes deve se integralizar, visando garantir uma melhor sustentabilidade, o campo da ciência e da tecnologia, das ciências sociais e humanas, e com essa junção, agregar a viabilidade no sistema de valores e qualidade de vida. (MATURANA 1998, p. 18)

Nesta perspectiva, devemos valorizar o conhecimento, conforme pensa Maturana, quando afirma que

a sabedoria consiste, exatamente, na íntima aliança entre conhecimentos e valores. As universidades têm papel fundamental, assim como todos os estabelecimentos de ensino superior, que assumem uma responsabilidade essencial na preparação das novas gerações para um futuro viável. Pela reflexão e por seus trabalhos de pesquisa básica, esses estabelecimentos devem não somente advertir, ou mesmo dar o alarme, mas também conceber soluções racionais. Devem tomar a iniciativa e indicar possíveis alternativas, elaborando projetos consistentes para o futuro, colaborando para a educação ambiental, mas acima de tudo, socializando os direitos e deveres de cada cidadão. Servindo de exemplo, as universidades e estabelecimentos acadêmicos têm uma coerência para um futuro mais humano e igualitário, proporcionando a conscientização dos cidadãos

e elucidando soluções, por meio de estudos, pesquisas e programas educativos. (MATURANA, 1998, p. 18).

Algumas ações desenvolvidas pelas Universidades que concorrem com a integralização da sustentabilidade ambiental e têm um compromisso com agricultores familiares, quilombolas e outros grupos de profissionais que são responsáveis por uma alimentação saudável na mesa dos brasileiros, elas vão influenciar de forma natural na vida acadêmica e profissional de seus discentes, por ser elas, instituições que têm papéis diferenciados, sendo estabelecimentos que refletirão diretamente na perspectiva de novos profissionais com um olhar de responsabilidade perante uma segmentação, que não pode mais continuar negligenciada, omitida, desprotegida.

Os trabalhos desenvolvidos pelas Universidades têm efeitos multiplicadores, pois cada estudante, conscientes do processo de sustentabilidade e da importância da agricultura familiar, visando assegurar o alimento diário da nação brasileira, terá o seu papel diferenciando, sendo também, ator principal de novas perspectivas. Todos os estabelecimentos de ensino superior estão bastante conscientes do papel que devem cumprir na preparação das novas gerações para um futuro viável. As universidades envolvidas partilham da convicção de que o progresso econômico e a proteção ambiental estão indissolivelmente ligados. Um não tem futuro sem o outro.

Portanto, devemos pensar de acordo com Kornhauser (2001), quando afirma que:

a educação é o cimento da construção do desenvolvimento humano sustentável. É preciso elaborar estratégias e programas de educação relacionados com o ambiente, que abranjam tanto o ensino escolar como a educação informal, que adotem a perspectiva da educação permanente a ser desenvolvida pelos poderes públicos, o setor produtivo, o comércio e as comunidades locais. O desafio do desenvolvimento sustentável procura, na universidade, um agente especialmente equipado para liderar o caminho, porque a sua missão é o ensino e a formação dos visionários do futuro

ou dos cidadãos mais capacitados para a tomada de decisão, porque é rica e extensiva a sua experiência em investigação interdisciplinar e porque a sua natureza fundamental de motor do conhecimento lhe imprime um papel essencial num mundo cujas fronteiras se dissolvem a cada dia. (KORNHAUSER, 2001, p. 236).

## **Métodos e Técnicas**

Este estudo parte da premissa de que o rural é um “referente empírico”, que segundo Toledo, Alarcón-Cháires e Barón (2002, p. 21), só se pode analisar através de uma abordagem interdisciplinar e/ou multidisciplinar. Deste modo, o rural deve ser estudado a partir das dinâmicas sociais, de suas inter-relações com o urbano-industrial e de suas conexões com a natureza. Sendo assim, esta pesquisa relaciona as ciências agrárias, as ciências sociais e humanas dentro do campo abrangente do Desenvolvimento Local e Sustentável.

Para tanto, foi utilizado como método à pesquisa qualitativa, com coleta de dados direta, que é definida como sendo aquela na qual os dados são obtidos pelo próprio pesquisador através de levantamento de registro ou coletados diretamente, por meio de entrevista e ou questionários. Também optou-se por fazer uma coleta de dados contínua, com visitas técnicas nas áreas de produção agrícola. Esta pesquisa rica oportunizou diálogos consistentes e construtivos com todos os atores sociais do objeto estudado.

Visando à aproximação com a finalidade do Projeto, foi selecionada a pesquisa empírica na atuação das ações de extensão do Núcleo de Agroecologia da Unidade Acadêmica de Garanhuns da UFRPE, enquanto fator resultante do desenvolvimento sustentável, naquele município, entre os anos de 2010 e 2012, período em que os projetos vinculados ao Núcleo já estavam estabelecidos na Unidade.

No processo de investigação, foram entrevistados monitores/bolsistas, docentes e coordenadores do Núcleo de Agroecologia da Unidade Acadêmica de Garanhuns, mas o grande foco da pesquisa, foi o de entrevistar, dialogar, ouvir os assistidos, cuja amostra, neste caso, foi composta pelos agricultores, trabalhadores rurais, profissionais que trabalham diretamente com a agricultura orgânica e

profissionais que trabalham atividades vinculadas àquela importante bacia leiteira, fontes econômicas de grande importância para o município e região do Agreste Meridional de Pernambuco.

Também foram utilizados como coleta de evidências, os registros em arquivos, análise de tabelas e arquivos digitais. Parte desse material se encontra sistematizado, ou seja, organizado, contribuindo com a agilidade da investigação, fonte de contribuição e compreensão das estratégias do processo de comunicação utilizado, além do acervo bibliográfico, fonte de extrema importância.

### **Descrição do ambiente da pesquisa: Agreste Meridional Pernambucano**

Os dados de campo da pesquisa foram levantados nos seguintes municípios: Angelim, Calçado, Correntes, Lajedo, Palmeirina, São João e Tupi. Os agricultores desses sete municípios relataram as suas histórias de vida, falaram da importância de desenvolverem as riquezas da terra, sem necessitar do uso de agrotóxico. O Território do Agreste Meridional está geograficamente localizado na Mesorregião do Agreste do Sertão Pernambucano, sendo uma área intermediária entre a Mata e o Sertão, com uma área total de 13.153 km<sup>2</sup> e envolve as Microrregiões do Vale do Ipanema, Vale do Ipojuca, Garanhuns e Sertão do Moxotó. (IBGE, 2010).

O clima e o relevo são alguns dos maiores diferenciais do Território em relação aos demais municípios do Estado, propiciando, além da atividade pecuária, diversidade de cultivos, a exemplo da floricultura e oferecendo diversas opções de turismo, atividades econômicas, dinâmicas e empregadoras de mão-de-obra local.

Conhecido como bacia leiteira do Estado, o Agreste Meridional tem como base econômica a pecuária leiteira, com a produção de leite e derivados de forma artesanal e industrial.

As diversidades natural e cultural estão expressas por meio dos inúmeros sítios históricos, museus, igrejas, grutas, cavernas, furnas, mirantes, engenho, trilhas ecológicas, bicas, cachoeiras, parques de exposições, reservas florestais, artesanatos, festas populares, religiosas, folclores e comidas típicas que compõem o que compõem a vida daqueles agricultores.

Segundo o censo do IBGE (2010), o Território é habitado por 587.086 pessoas, sendo a população urbana de 329.246 pessoas e 257.840 a população

rural. O índice de urbanização é de 56,00% e o de ruralização é de 44,00%. Especificamente optou-se por estudar os municípios citados, em virtude de o Núcleo de Agroecologia da UAG da UFRPE, já desenvolver pesquisas e ações que norteiam a transição agroecológica e outros projetos que veem contribuindo com a melhoria da qualidade de vida do homem do campo, especialmente com as vidas dos Agricultores(as) familiares.

A tendência de crescimento do índice de urbanização verificada quando da elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) anterior apresentou ligeiro aumento no Território. O Território do Agreste Meridional possui uma população rural que corresponde a aproximadamente 44% da sua população total, o que pode caracterizar este território como possuidor de uma grande influência vinda do meio rural em suas características sociais, econômicas, culturais, de políticas públicas, dentre outras. Os municípios do Território dispõem de 13% da área territorial e cerca de 7% da população do Estado. Garanhuns é o município com maior número de habitantes, 129.392.

O Território do Agreste Meridional pode ser definido como predominantemente familiar, tanto no que diz respeito ao número e tamanho de suas propriedades, quanto no modo de ocupação e produção.

Observando os dados relativos ao Território, expostos ao longo deste documento, pode-se afirmar que a agricultura familiar na região cumpre importante papel na geração de trabalho, habitação e desenvolvimento econômico. Todos os municípios do Território têm como base social a agricultura familiar e, em alguma proporção, porém, ainda minimamente tecnificada, com sistema de produção fortemente voltado para subsistência.

Com relação ao processo de comercialização local e regional apresenta pouca organização social, expressa em associações de produtores ou cooperativas, o que dificulta a inserção oficial no mercado local e regional. Existe potencial para a pluriatividade em grande parte dos municípios, bem como é possível identificar uma diversificação da produção, mas há pouca dinamização sócio-econômica ocorrendo. É impreterível compreender e conhecer a realidade, identificando os pontos de estrangulamento do desenvolvimento, todos eles inter-relacionados com os aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais.

O Índice de Desenvolvimento Humano - O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano. O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Esse conceito é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). IBGE (2010).

### **Resultados e Discussões**

Não se pode pensar o desenvolvimento sem levar em consideração a questão da sustentabilidade do ambiente em que esse desenvolvimento está inserido. Para tal, é necessário conhecer a noção de sustentabilidade que é adotada nas mais diferentes regiões. Sendo esta uma noção mais política que científica, o desenvolvimento sustentável fica condicionado a duas vertentes de escolhas normativas financiadas pela política adotada em cada região.

A concepção de sustentabilidade pode abarcar desde a total preservação ambiental, onde o homem seria refém do meio, não podendo modificá-lo e enfrentando uma situação que prejudicaria seu bem-estar até a noção de que o ambiente pode ser utilizado à exaustão desde que o homem consiga fornecer novos níveis tecnológicos que possam dar uso a elementos antes considerados descartáveis. Neste caso não existiria limites para o desenvolvimento.

O universo da agricultura familiar é extremamente diversificado e complexo (BAIARDI, 2007).

A diversidade reflete a própria natureza da agricultura familiar, em particular sua capacidade e tentativa de adaptação – nem sempre sustentável, deve-se dizer – às condições ambientais locais a disponibilidade de recursos, à experiência, a cultura e a história das famílias assim como as condições impostas pelo mercado e pela sua inserção na sociedade (GUANZIROLI et al., 2001).

A agricultura familiar, em geral, desenvolve sistemas complexos de produção, combinando várias culturas, criações animais e transformações primárias tanto para consumo da família como para o mercado (GUANZIROLI et al., 2001).

Existe neste momento um destino comum a todos os seres humanos; compreender que a visão de desenvolvimento sustentável na prática educativa é uma noção que continua a ter um sentido ainda muito vago. O mundo desenvolvido não mostra grande entusiasmo perante tal obrigação. Ao contrário, os países em desenvolvimento reconhecem a seriedade da questão, dizendo – e o argumento tem perfeita justificativa – que vivem há muitos anos consumindo apenas o estritamente necessário e que têm, pois, o direito de dispor no futuro de uma fatia maior dos recursos; para ter acesso a uma melhor qualidade de vida, se faz necessário, novos olhares, novos conhecimentos. Maturana( 1998), afirma:

Que o verdadeiro conhecimento não leva ao controle ou à tentativa de controle, mas leva ao entendimento, à compreensão, a uma harmônica e ajustada aos outros e ao meio. Para ele, conhecer é viver, viver é conhecer. Diz ainda que todo conhecer é uma ação efetiva que permite a um ser vivo continuar sua existência no mundo que ele mesmo traz à tona ao conhecê-lo. ( MATURANA,1998, p. 18).

Assim sendo, alguns grupos necessitam de políticas distintas, de novas possibilidades, de assistências técnicas mais próximas, mais consistentes e de uma construção do conhecimento, capaz de fazer a diferença, por meio da educação.

Mayor conclui:

A educação é a chave do desenvolvimento sustentável, auto-suficiente – uma educação fornecida a todos os membros da sociedade, segundo modalidades novas e com a ajuda de

tecnologias novas, de tal maneira que cada um se beneficie de chances reais de se instruir ao longo da vida.

Devemos estar preparados, em todos os países, para remodelar o ensino de forma a promover atitudes e comportamentos que sejam portadores de uma cultura da sustentabilidade. (MAYOR, 1998, p. 46).

### **Considerações**

Nessa perspectiva, consideramos, a partir das análises dos dados que o grupo pesquisado se caracteriza no geral como agricultores esforçados, que sofrem com a estiagem vivenciada em todo o Agreste Meridional pernambucano, mas que, com muita motivação desenvolvem ações, muitas delas, idealizadas e incorporadas a partir do Núcleo de Agroecologia. Portanto, a inserção da Universidade tem grande importância na vida dos agricultores, na vida acadêmica dos estudantes, por meio de suas experiências vivenciadas e na disseminação de artigos e publicações científicas em eventos nacionais e internacionais, socializando para a sociedade da importância da transição agroecológica.

Acredita-se que a realidade das comunidades rurais, na qual se encontram diversas famílias de agricultores rurais guardam uma proximidade maior com as características de produção com as novas perspectivas de transições agroecológicas, tendo discernimento e conhecimento da importância de novas ferramentas naturais e que trazem bons resultados para todos os envolvidos, incluindo o meio ambiente. Fonte segura, para o sustento alimentar diário de milhares de famílias brasileiras. Outros, com o sentimento de pertencimento e de dias melhores, se asseguram na intervenção da Universidade em suas vidas.

É importante destacar que o tipo de irrigação durante o processo de apropriação e produção das comunidades produtivas é muito pouca. Eles utilizam apenas as águas de riachos ou esperam a chuva para colaborar com as respectivas produções. Uma das características, encontradas nas famílias dos agricultores é

que os filhos e esposas também ajudam na plantação, colheita e venda dos produtos. Mas a principal missão de plantio é a sobrevivência familiar.

Nas visitas feitas no campo, espaços onde foram visitadas mais de dez propriedades rurais, foi possível ver os plantios cultivados e ouvir deles como era antes a produção agrícola e como eles utilizam a produção agroecológica, percebendo neles, a consciência de fazer diferente, contribuindo de forma expressiva, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, da preservação ambiental, do solo, dos produtos colhidos mais saudáveis e da certeza que a riqueza da terra será mantida para essa e novas gerações.

Ao todo, foram entrevistados dezoito agricultores que contaram as suas histórias de vida, tão bonitas, quanto à expectativa que os mesmos têm, da esperança de dias melhores, após um período extenso de seca, vivido por centenas de agricultores.

A riqueza de experiências também foi apropriada pelos bolsistas, estudantes da UAG, que trabalham quinzenalmente, com visitas e rodas de diálogos nas propriedades rurais. Para eles, a troca de experiência é bastante expressiva, legitimando a certeza que aqueles futuros profissionais, escolherão à extensão rural, enquanto foco principal, em suas respectivas carreiras. Dos doze entrevistados, todos estão satisfeitos, com a atual atividade desenvolvida com os(as) agricultor(as) familiares.

A coordenação do Núcleo, trabalha em conjunto com alguns docentes vinculados ao projeto, que supervisionam, gerenciam e lutam diariamente para que o processo de transição agroecológica se preserve nesses municípios e que possa contribuir ainda mais, desenvolvendo trabalhos acadêmicos, com viés extensionista nas culturas de demais agricultores de outros municípios pernambucanos.

Um aspecto de diferenciação que se evidenciou, na análise de dados foi a percepção do grupo de agricultores orgânico/agroecológico sobre a natureza.

Eles compreendem que o seu sistema produtivo reproduz um ambiente natural e que a manutenção e recuperação de cursos de rios, o uso de produtos

biológicos, entre outros, são ações importantes para o equilíbrio natural do seu agroecossistema e do ambiente natural. Já os produtos “convencionais”, ainda existentes em poucas propriedades, estão cada vez menos, sendo produzidos, em virtude do mais novo conhecido absorvido pelos agricultores, em virtude de eles estarem se aperfeiçoando às novas técnicas agroecológicas, colocando em prática, as novas trocas de diálogos e de experiências exitosas vivenciadas de acordo com a realidade local. A intervenção do Núcleo de Agroecologia em suas propriedades é aplaudida por todos os agricultores e é bem vinda em suas vidas.

Existe neste momento um destino comum a todos os seres humanos; compreender que se faz necessário a conscientização e prática do desenvolvimento sustentável, mesmo porque a atual concepção humana ainda é muito falha.

O mundo desenvolvido não mostra grandes resultados perante tal obrigação. Ao contrário, os países em desenvolvimento reconhecem a questão, mas muito precisa ser aplicado, de fato, com exatidão.

Outro estudo pertinente dentro daquela região será o de avaliar a atuação da assistência técnica, seja ela governamental ou da sociedade civil, pois foi evidenciado que é possível modificar o sistema de produção diversificado para a especialização de novas culturas, uma vez que aparentemente esta mudança ocorre mais fortemente a partir da inserção destes agricultores nas feiras orgânicas/agroecológicas.

Sugere-se ainda que as políticas públicas para a agricultura familiar possam ser revistas e contemplem as múltiplas possibilidades desses atores do campo, compreendendo que o uso geral da categoria de agricultor familiar não dá conta das diferenças existentes, ou como diz Nazaré, 2009 “dos rurais”.

Assim sendo, alguns grupos necessitam de políticas distintas, por exemplo: o crédito rural deverá contemplar as lógicas existentes na unidade de produção, a assistência de profissionais extensionistas ser mais presente na vida deles, financiamento para maquinários ou outro tipo de ajuda que eles, em momentos necessários, como o da estiagem. Momento de grande dificuldade, quando alguns plantios e safras são perdidos, animais vendidos ou mortos, por falta de apoio consistente dos governos, além de se sentirem desprotegidos, a perda sentimental é algo forte, na vida desses profissionais tão sacrificados.

Dessa forma, a categoria dos agricultores familiares, se sentirá mais valorizada, um outro apoio fundamental, será a organização e consolidação de cooperativas, entre os municípios visitados, e que a Lei Pnater tão citada e sonhada por milhares de profissionais citados, responsáveis pelo alimento saudável e diário na mesa de milhões de brasileiros, seja legitimada e aplicada, pois o direito foi garantido, mas não aplicado conforme estabelecido.

## **Referências**

BAIARDI, A. **Natureza e Formas da Agricultura Familiar no Brasil e sua Propensão à Cooperar em Projetos de Desenvolvimento Rural Sustentável**. In: Seminário Comemorativo dos 30 Anos do CPDA/UFRRJ, 2007, Rio de Janeiro. Anais do Seminário Comemorativo dos 30 Anos do CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2007. v. 1. p. 127-146.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF, 2008. Disponível: [www.mda.gov.br/portal/saf/programas/assistenciaticnica](http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/assistenciaticnica), acesso em 30 de março de 2013.

\_\_\_\_\_ Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável**: guia para o planejamento. Brasília, 2005. (Documento de apoio, n. 2). Disponível em: [www.pratigi.org/portal/index.php?option=com\\_docman...>](http://www.pratigi.org/portal/index.php?option=com_docman...). Acesso em: 23 de abril de 2013.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados**. In:

TAVARES, Jorge Roberto; RAMOS, Ladjane. (Org.). **Assistência técnica e extensão rural**: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: Bagaço, 2006. p. 9-34.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. 3. ed. Brasília, MDA: SAF, 2007, PAG.12.

\_\_\_\_\_ COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.

GUANZIROLI, Carlos et al.: **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288p.

IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**: Brasil 2010. Rio de Janeiro, 2010. (Estudos e pesquisas informação geográfica, n. 7).

ITURRA, R. **Letrados y campesinos: el método experimental en la antropología económica**. In: SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (eds.). Ecología, campesinado e historia. Madrid: La Piqueta, 1993. p.131-152.

JARA, Carlos Julio. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília: IICA, 2001.

KORNHAUSER, A. **Criar oportunidades: Educação um tesouro a descobrir**. 6, ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC, UNESCO, 2001.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LEFF, Enrique. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável**. In REIGOTA, Marcos (org.). **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999 (p.111-120).

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Tradução de Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MAYOR, F. **Preparar um futuro viável: ensino superior e desenvolvimento sustentável**. In: Conferência mundial sobre o ensino superior. Tendências de educação superior para o século XXI. Anais da Conferência Mundial do Ensino Superior. Paris: 1998.

MORIN, E. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

SEPÚLVEDA, Sergio **Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para planejamento local**. Brasília: IICA, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, E. **Ética ambiental y Agroecología: elementos para una estrategia de sustentabilidade contra el neoliberalismo y la globalización económica**. Córdoba: ISEC-ETSIAM, Universidad de Córdoba, España, 1999. (mimeo)

TOLEDO, Victor Manuel; ALARCÓN-CHAIRES, Pablo; BARÓN, Lourdes. **Estudiar lo rural desde una perspectiva interdisciplinaria: una aproximación al caso de México**. In **Estudios Agrarios**, vol 12, México, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In **O Mundo Rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

ZAPATA, Tânia et al. **Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos**. In: SILVEIRA, Caio Márcio; REIS, Liliane da Costa. **Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias**. Rio de Janeiro: Rede DLIS/RITS, 2001. p. 115-128.